



INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: EVIDÊNCIAS DE UMA PESQUISA EM ESCOLAS ESTADUAIS DE SALVADOR

João Max Conceição de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

maxtempestatum@gmail.com

Jaciete Barbosa dos Santos

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

jacieteb@uneb.br

Lucimêre Rodrigues de Souza

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

lrsouza@uefs.br

RESUMO

A inclusão escolar de estudantes com deficiência configura-se como um dos grandes desafios para a democratização do ensino público no Brasil, exigindo transformações estruturais, pedagógicas e culturais no cotidiano escolar. Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, que investiga as percepções de professores(as) e gestores(as) da rede pública estadual de Salvador sobre os avanços, desafios e contradições do processo de inclusão escolar, com ênfase na articulação entre as práticas pedagógicas e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), à luz das Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia (2017). A pesquisa está fundamentada na Teoria Crítica da Sociedade, com destaque para as contribuições de Theodor Adorno (1995), que defende a educação como instrumento de emancipação frente às formas de barbárie social, e nas reflexões contemporâneas de Crochík (2020), que problematiza o preconceito e as limitações das políticas inclusivas quando dissociadas de uma formação crítica. Complementarmente, os estudos de Theodoro e Denari (2023) sobre capacitismo e corponormatividade oferecem elementos para compreender como as práticas escolares reproduzem, muitas vezes de forma sutil, lógicas excludentes e hierarquizantes dos corpos e das subjetividades. O estudo, realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB), adotou o método do estudo de caso em duas escolas públicas estaduais com realidades distintas — uma equipada com Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e outra sem essa estrutura. As técnicas de coleta de dados incluíram entrevistas semiestruturadas com docentes da classe comum, professora

do AEE e gestores(as) escolares, além de formulário institucional. A análise dos dados, orientada pela triangulação metodológica, evidenciou contradições entre o discurso oficial das políticas inclusivas e as práticas cotidianas nas escolas. Os resultados parciais revelam que, apesar dos avanços normativos e conceituais, como as Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia e a reafirmação nacional da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (Brasil, 2008; 2023), a efetivação da inclusão escolar ainda esbarra em barreiras estruturais e atitudinais, precariedade formativa, preconceito e resistências culturais. Os depoimentos dos(as) docentes apontam inseguranças quanto à formação inicial e continuada para atuar com estudantes com deficiência, além da carência de recursos pedagógicos, apoio técnico e espaços institucionais para o planejamento coletivo com os profissionais do AEE. Gestores(as), por sua vez, destacam a insuficiência de infraestrutura, a sobrecarga das equipes escolares e a fragilidade das políticas públicas de acompanhamento e suporte às escolas. A pesquisa identificou, ainda, a persistência de práticas e discursos marcados pelo capacitismo e por estereótipos que associam a deficiência à improdutividade, à excepcionalidade isolada ou à incapacidade, comprometendo o direito à participação plena desses estudantes. Esse cenário reforça a crítica de Crochík (2020) acerca das limitações das políticas públicas quando não enfrentam o preconceito estrutural e a pseudoformação, fenômeno que impede a constituição de sujeitos críticos e solidários no ambiente escolar. Por outro lado, foram também evidenciadas experiências exitosas, especialmente em contextos em que há compromisso institucional com a formação docente crítica, o fortalecimento do AEE e o estímulo ao diálogo entre os diferentes segmentos escolares. Nessas experiências, práticas pedagógicas inclusivas, planejamento coletivo e espaços de escuta revelaram-se fundamentais para promover o pertencimento, o reconhecimento da diversidade e o rompimento com as lógicas segregadoras. A análise demonstra que a inclusão escolar não se resume à matrícula ou à presença física de estudantes com deficiência nas salas de aula comuns, mas exige uma transformação ética, política e pedagógica das relações escolares e da cultura institucional. Tal transformação pressupõe o enfrentamento das resistências culturais e estruturais, o investimento contínuo em formação docente, o fortalecimento do AEE como estratégia articuladora e a construção de uma escola comprometida com a



equidade e com a valorização das singularidades humanas. Conclui-se que o processo de inclusão escolar é permeado por tensões e contradições que refletem, de um lado, avanços normativos e de outro, limites materiais, simbólicos e institucionais. Assim, a efetivação de uma educação inclusiva emancipadora requer o fortalecimento das políticas públicas, o compromisso político dos diferentes atores escolares e a constituição de práticas pedagógicas anticapacitistas, alinhadas aos princípios de justiça social e aos direitos humanos. A pesquisa reafirma que, para além dos discursos e das políticas públicas de inclusão educacional, é necessário construir condições objetivas e subjetivas que permitam à escola pública cumprir seu papel democrático e formativo, reconhecendo a diferença como potência e a diversidade como valor constitutivo da experiência educativa.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Formação Docente. Atendimento Educacional Especializado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. A filosofia e os professores. In: ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia**. Salvador: SEC, 2017. 148 p. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoespecial1>. Acesso em: 10 junho de 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008/2023. 19 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2025.

CROCHÍK, José Leon; COSTA, Valdelúcia Alves da; FARIA, Débora Felício. Contradições e limites das políticas públicas de educação inclusiva no Brasil. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP, v. 30, n. 63, p. e52, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.v30.n.63.s14628>. Acesso em: 24 de junho. 2025.

THEODORO, Helen Cristiane da Silva; DENARI, Fátima Elisabeth. Teoria queer-crip no Brasil e a sexualidade de pessoas com deficiência: uma revisão de literatura. In: **Revista Cocar**, Belém (PA), v. 19, n. 37, p. 1–18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar>. Acesso em: 24 abr. 2025.